

7ª Edição - 2007

EXAME



C N A I



**Prova específica para atuação na área de auditoria nas
Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB)**

NOME:

Nº DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 19/2007

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões para a prova específica para atuação na área de auditoria nas instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB)

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas e as folhas de respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 04 (quatro) alternativas, e 02 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

- 1. Assinale a alternativa que apresenta a entidade obrigada a utilizar as normas e os procedimentos apresentados no COSIF:**
 - a) sociedades de arrendamento mercantil.
 - b) sociedades de fomento mercantil.
 - c) sociedades seguradoras.
 - d) sociedades de previdência fechada.

- 2. Segundo o COSIF, o balancete geral, o balanço geral, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração das origens e aplicações de recursos, as notas explicativas e o parecer da auditoria independente de instituição financeira com contabilidade centralizada, nas datas 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, são inscritos nos livros:**
 - a) balancetes diários e balanços ou razão.
 - b) balancetes mensais e balanços ou diário.
 - c) balancetes mensais e balanços ou razão.
 - d) balancetes diários e balanços ou diário.

- 3. Os limites mínimos de capital realizado e o patrimônio líquido devem ser, permanentemente, observados pelas instituições financeiras. No caso de instituição que tenha sede ou matriz e, no mínimo, 90% de suas dependências das quais são exigidas capitalização, funcionando fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, os referidos limites têm:**
 - a) redução de 50%.
 - b) aumento de 30%.
 - c) aumento de 50%.
 - d) redução de 30%.

4. As instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor, devem manter valor de Patrimônio de Referência (PR) compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, passivos e contas de compensação (PLE) obtido, levando-se em conta, relativamente ao risco de crédito, a ponderação das suas operações ativas pelo risco a elas atribuído. Não integram a base de cálculo do PLE:

- a) operações exclusivas de intermediação sem assunção de direitos ou obrigações com a contraparte.
- b) operações com garantias reais.
- c) operações com órgãos públicos.
- d) operações de compra de créditos decorrentes de financiamentos para usuário final, sem coobrigação da instituição cedente.

5. O limite de imobilizações das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), relativo à totalidade dos recursos aplicados no ativo permanente, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor do Patrimônio de Referência – PR, não sendo computados os valores correspondentes a:

- a) valores correspondentes a imóveis de uso.
- b) valores correspondentes a aquisições de instalações, móveis e equipamentos de uso.
- c) valores correspondentes a operações de arrendamento mercantil.
- d) valores correspondentes a aquisições de sistema de processamento de dados.

6. O prazo mínimo para operações ativas e passivas realizadas no âmbito do mercado financeiro com remuneração contratada com base na Taxa Referencial (TR) ou TJLP é:

- a) 15 (quinze) dias.
- b) 1 (um) mês.
- c) 2 (dois) meses.
- d) 3 (três) meses.

7. Os bens não-destinados ao próprio uso, recebidos pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) em liquidação de empréstimo de difícil ou duvidosa solução, deverão ser vendidos no prazo estabelecido a contar do recebimento, salvo prorrogação a critério do Banco Central do Brasil (BCB). O prazo estabelecido é de:
- a) 6 (seis) meses.
 - b) 12 (doze) meses.
 - c) 18 (dezoito) meses.
 - d) 24 (vinte e quatro) meses.
8. A prática de atos que acarretem a extinção da sociedade ou a mudança de seu objeto social e que resulte na sua descaracterização como sociedade integrante do sistema financeiro implica:
- a) o cancelamento da respectiva autorização para funcionamento.
 - b) a concessão de prazo para novo reenquadramento.
 - c) a concessão de prazo para alienação do controle societário.
 - d) a autorização para funcionamento restritivo.
9. Indique a operação que, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil (BCB), não é típica do objeto social das sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários:
- a) exercer funções de agente fiduciário.
 - b) constituir sociedade de investimento/capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários.
 - c) prestar serviços de intermediação ou de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais.
 - d) financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro.
10. Assinale a afirmação correta:
- a) o mercado primário de títulos e valores mobiliários notabiliza-se por compra e venda desses ativos emitidos anteriormente entre investidores.
 - b) operação passiva é aquela que o banco é o credor na relação jurídica.
 - c) operação ativa é aquela que o banco capta recursos.
 - d) o mercado secundário de títulos e valores mobiliários notabiliza-se por compra e venda desses ativos emitidos anteriormente entre investidores.

11. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) devem implementar estrutura de gerenciamento do risco operacional que seja compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades, dos processos e dos sistemas da instituição. Entre os eventos de risco operacional considerados na norma do Banco Central do Brasil (BCB), incluem-se os abaixo, exceto:

- a) falhas em sistemas de tecnologia da informação.
- b) falhas na execução, no cumprimento de prazos e no gerenciamento das atividades na instituição.
- c) não-recebimento de crédito por imprevisível falência do tomador.
- d) fraudes internas e ou externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, e aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição.

12. Os sistemas de controle estruturados de acompanhamento permanente das posições assumidas em todas as operações praticadas nos mercados financeiro e de capitais que as instituições financeiras devem manter, de forma a evidenciar o risco de liquidez decorrente das atividades por elas desenvolvidas, referem-se à possibilidade de:

- a) ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamento” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
- b) inadimplemento da contraparte de quaisquer instrumentos financeiros, gerando a falta de recebimentos para a outra parte.
- c) falha de sistema, adoção de sistema inadequado para a complexidade das operações, controles ineficientes, erro humano ou falha de gerenciamento, que poderão implicar a não-execução de operações ou atrasá-las, causando prejuízos às partes envolvidas.
- d) variação nos preços (volatilidade) de ativos e passivos financeiros.

13. O reconhecimento do crédito tributário somente pode ser efetivado por instituição financeira se esta, cumulativamente, apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis em, pelo menos, três dos últimos cinco anos e existir a expectativa da geração futura de lucros ou receitas tributáveis, que permitam a sua realização em um prazo máximo de dez anos, fundamentada em adequado estudo técnico de acordo com as normas regulamentares. O crédito tributário considerado deve ser decorrente de:

- a) diferença entre os valores efetivamente recebidos e pagos relativos a receitas e despesas e os registrados nas contas de resultados em decorrência do regime de competência dos exercícios.

- b) prejuízo fiscal de IR, de base negativa de CSLL ou de diferenças temporárias decorrentes de despesas apropriadas no exercício e ainda não-dedutíveis para fins de IR e CSLL.
- c) lucro fiscal ou diferenças temporárias decorrentes de receitas dedutíveis para fins de IR e CSLL.
- d) prejuízo fiscal de IR, de base negativa de CSLL ou recebimentos antecipados de receitas de exercícios futuros.

14. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem como objetivos básicos, entre outros, exceto:

- a) atenuar os desequilíbrios regionais, criando novos pólos de produção.
- b) executar a política de preços mínimos dos produtos agropastoris.
- c) promover o desenvolvimento integrado das atividades agrícolas, industriais e de serviços.
- d) promover o crescimento e a diversificação das exportações.

15. O banco múltiplo deve constituir-se com, no mínimo, duas carteiras, sendo que uma delas, obrigatoriamente, deve ser escolhida dentre duas previamente definidas pelas normas do sistema bancário brasileiro. Assinale a alternativa abaixo que contém as duas carteiras entre as quais uma deve ser, obrigatoriamente, constituída pelo banco múltiplo:

- a) comercial ou de crédito imobiliário.
- b) de investimento ou de crédito, financiamento e investimento.
- c) de arrendamento mercantil ou de crédito imobiliário.
- d) comercial ou de investimento.

16. Com algumas exceções, as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários podem ter por objeto social as mesmas operações que as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários. Das alternativas abaixo, identifique a que representa operações que podem ser realizadas somente por sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários:

- a) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda.
- b) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado.

- c) comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Banco Central do Brasil (BCB) nas suas respectivas áreas de competência.
- d) exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais.

17. Marque a alternativa incorreta:

- a) letra de câmbio é o instrumento específico das sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras) emitido com base numa transação comercial.
- b) títulos de desenvolvimento econômico (TDE) são utilizados na captação de recursos destinados ao financiamento do Programa de Fomento à Competitividade Industrial e podem ser emitidos pelos bancos comerciais, de investimento e de desenvolvimento.
- c) CDB Rural é um título de captação específica dos bancos comerciais e múltiplos com carteira comercial cujos recursos se destinam aos financiamentos agrícolas.
- d) certificado de depósito bancário e recibo de depósito bancário são títulos de captação de recursos que podem ser emitidos pelos bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento e bancos múltiplos que tenham uma dessas carteiras.

18. Analise as operações com títulos e valores mobiliários abaixo, indicando a alternativa correta:

- a) apenas os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” devem ser computados no resultado do período.
- b) as empresas em liquidação extrajudicial devem classificar os seus títulos e os valores mobiliários na categoria títulos disponíveis para venda.
- c) a carteira de terceiros bancada é formada pelos títulos adquiridos com compromisso de revenda e repassados, ou seja, não-vendidos com compromisso de recompras, registrados em “Revendas a Liquidar - Posição Bancada”.
- d) carteira própria financiada é composta por títulos com compromisso de revenda vinculadas ao mercado aberto, registrados em Títulos de “Renda Fixa Vinculados a Revenda”.

19. O Banco ABC doou recursos no mercado em prazo e taxa definidos, sendo tomador o Banco DFG, com lastro em títulos federais que não estavam vinculados a quaisquer operações compromissadas, firmando o primeiro uma compra com compromisso de revenda e o segundo uma venda com compromisso de recompra. As carteiras de títulos relativas a esta operação, respectivamente, no Banco ABC e no Banco DFG são:

- a) carteira própria financiada - carteira de terceiros financiada.
- b) carteira de terceiros bancada - carteira de terceiros financiada.
- c) carteira de terceiros bancada - carteira própria financiada.
- d) carteira de terceiros financiada - carteira própria bancada.

20. É característica das operações em bolsa de valores, no mercado à vista, que:

- a) o preço para um lote de ações é estabelecido pelos compradores e vendedores, a ser entregue e pago no prazo de D + 2 dias.
- b) o custo das operações é decorrente do somatório das taxas de corretagem, emolumentos e de liquidação e de comissão dos agentes do banco comercial.
- c) as ações negociadas sejam de emissão de empresas cujo patrimônio de referência seja superior a 100 (cem) milhões de reais.
- d) ocorra a intermediação de uma corretora que executará a ordem de compra ou de venda determinada por seus clientes.

21. O auditor independente e o comitê de auditoria, quando instalado, devem individualmente ou em conjunto, comunicar formalmente ao Banco Central do Brasil (BCB), no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da identificação, a existência ou as evidências de erro ou fraude representadas pelas circunstâncias abaixo, exceto:

- a) inobservância de normas legais e regulamentares que coloquem em risco a continuidade da entidade auditada.
- b) erros de qualquer valor que resultem em incorreções nas demonstrações da entidade.
- c) fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da instituição.
- d) fraudes relevantes perpetradas por funcionários da entidade ou terceiros.

22. Marque a alternativa incorreta. O auditor independente deve observar as normas, os regulamentos e os procedimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) que dizem respeito a:

- a) deveres e responsabilidades dos auditores independentes.
- b) exame de qualificação técnica.
- c) controle de qualidade externa a ser realizado exclusivamente pelo Banco Central do Brasil.
- d) programa de educação continuada, inclusive com previsão de atividades específicas relativas à auditoria independente em instituições financeiras.

23. Indique a alternativa correta:

- a) o comitê de auditoria deverá reunir-se, no mínimo semestralmente, com a diretoria da instituição financeira, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações.
- b) não é permitida ao comitê de auditoria a utilização de trabalhos de especialistas.
- c) o comitê de auditoria deve elaborar no exercício findo em 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria, contendo, no mínimo, as informações previstas no artigo 17 da Resolução BCB nº 3.198.
- d) o comitê de auditoria deve publicar, em conjunto com as Demonstrações Contábeis semestrais, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas naquele documento.

24. Considerando as vedações à concessão de crédito, pode uma instituição financeira pública conceder empréstimo para as pessoas:

- a) que sejam cônjuges de membros de seu conselho fiscal.
- b) jurídicas que participem com mais de 10% do seu capital, quaisquer dos seus diretores ou administradores.
- c) jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%.
- d) físicas ou jurídicas que participem de seu capital com mais de 10%, sem expressa autorização do Banco Central do Brasil (BCB).

25. Com relação às operações de crédito prefixadas, é correto afirmar que:

- a) o valor de seus encargos é conhecido desde a contratação da operação.
- b) os seus encargos somente são conhecidos e apropriados mensalmente, em conformidade com a variação do indexador contratual.
- c) o valor de seus encargos está vinculado a um indexador, conhecido apenas no vencimento da operação.
- d) o valor de seus encargos é apropriado integralmente no momento de liberação da operação, na respectiva conta da receita efetiva, independente do seu prazo de vencimento.

26. As instituições financeiras e as sociedades de arrendamento mercantil podem ceder créditos oriundos de operações de empréstimos, financiamento e arrendamento mercantil para pessoas não-integrantes do Sistema Financeiro Nacional, observadas algumas regras. Indique a alternativa correta:

- a) é permitida a recompra dos créditos cedidos apenas com cláusula de retorno de risco.
- b) a liquidação das operações deve ser efetuada no mês do encerramento das operações cedidas.
- c) qualquer transação posterior envolvendo os créditos objetos da cessão não pode acarretar retorno de risco, ainda que de forma indireta para a instituição cedente.
- d) somente são admitidas as cessões de créditos realizadas com coobrigação da instituição cedente.

27. As instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) devem classificar as operações de crédito em nível de risco. Essa classificação deve ser revista mensalmente por ocasião dos balancetes e balanços em função de atrasos. Podem ser classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao nível A, às operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a:

- a) R\$ 200.000,00.
- b) R\$ 50.000,00.
- c) R\$ 150.000,00.
- d) R\$ 100.000,00.

28. É proibido às instituições financeiras conceder operações de crédito para:

- a) pessoa física possuidora de 0,5% de seu capital social.
- b) seu funcionário detentor do cargo de gerente de agência.
- c) pessoa jurídica na qual o filho de um dos seus diretores seja acionista com mais de 30% do capital social.
- d) pessoa jurídica que seja devedora de outra operação de crédito.

29. Qual o impacto inicial nos grupos contábeis patrimoniais e/ou de resultados de um banco resultante da reclassificação de um crédito por empréstimo concedido a cliente que se encontra inadimplente, do nível de risco C para o D, na forma regulamentar?

- a) diminuição do seu ativo e aumento do seu passivo.
- b) aumento do seu ativo e diminuição do seu passivo.
- c) aumento do seu ativo e aumento de sua receita.
- d) diminuição de seu ativo e aumento de sua despesa.

30. De acordo com as normas do COSIF, pode-se afirmar que:

- a) a escrituração deve ser feita com base em comprovantes hábeis para perfeita validade de atos e fatos administrativos.
- b) o COSIF não se aplica às administradoras de consórcio.
- c) a guarda da documentação de conciliação deve ser feita, no mínimo, por seis meses.
- d) o COSIF não apresenta estrutura de hierarquização em seus dispositivos.

31. Não se deve avaliar pelo método da equivalência patrimonial, em uma instituição financeira, segundo o COSIF:

- a) participação de 15% no capital de sua única empresa ligada, cujo valor contábil correspondente a 5% do patrimônio líquido da participante.
- b) participação em controlada cujo valor contábil corresponda a 3% de seu patrimônio líquido.
- c) participação de 30% no capital de sociedade coligada, cujo valor contábil corresponde a 10% do patrimônio líquido da participante.
- d) participação em sociedade coligada em cuja administração a instituição financeira participe e que o valor contábil corresponda a 15% do PL da instituição participante.

32. O Banco ABC deferiu uma operação de crédito de curto prazo, modalidade conhecida no mercado como “hot money”, no valor de R\$ 15.000,00, liberado em 16/4/07 para resgate em 1º/5/07 por R\$ 15.450,00. No balancete de 30/4/07, esta operação contribui nos saldos contábeis das contas e com os valores (considerando a apropriação de juros “pro rata” dia na forma linear):

- a) financiamentos com R\$ 15.450,00 e rendas de financiamentos com R\$ 450,00.
- b) empréstimos com R\$ 15.420,00 e rendas de empréstimos com R\$ 420,00.
- c) financiamentos com R\$ 15.420,00 e rendas de financiamentos com R\$ 420,00.
- d) empréstimos com R\$ 15.450,00 e rendas de empréstimos com R\$ 15.450,00.

33. O Banco ABC deferiu operação de crédito em 30/10/06, na modalidade “empréstimo ao capital de giro”, à taxa pós-fixada de TR + 15% ao ano, pelo prazo de 3 (três) meses. Esse empréstimo deve estar avaliado e registrado no Balanço Patrimonial de 31/12/06, considerando que o mercado manteve-se inalterado em termos de taxas de juros no período:

- a) pelo valor presente.
- b) pelo valor de custo histórico.
- c) pelo valor do principal corrigido.
- d) pelo valor de marcação a mercado.

34. A Administradora de Consórcio XYZ formou o Grupo de Consórcio 524/SP com 100 integrantes para aquisição de eletrodomésticos, no caso a televisão plana 29', no valor de R\$ 1.200,00. O prazo pactuado é de 12 meses, a taxa de administração é de 10%, resultando em prestação de R\$ 110,00 sendo R\$ 100,00 para o fundo comum (não-previstos fundo de reserva e seguros facultativos) e R\$ 10,00 para taxa de administração. Considerando que houve adesão integral ao Grupo Consortil, a contabilização do pagamento correspondente à primeira parcela, realizado por todos os consorciados, seria representada pelas contas e com respectivos saldos:

- a) disponibilidades com R\$ 9.000,00 – obrigações com consorciados com R\$ 10.000,00 – valores a repassar à administradora com R\$ 1.000,00.
- b) disponibilidades com R\$ 11.000,00 – obrigações com consorciados com R\$ 10.000,00 – valores a repassar à administradora com R\$ 1.000,00.
- c) disponibilidades com R\$ 10.000,00 – obrigações com consorciados com R\$ 11.000,00 – valores a repassar à administradora com R\$ 1.000,00.
- d) disponibilidades com R\$ 10.000,00 – obrigações com consorciados com R\$ 9.000,00 – valores a repassar à administradora com R\$ 1.000,00.

35. O Banco XYZ, em 31/7/07 possui em estoque títulos classificados na categoria de “mantidos até o vencimento”, títulos de emissão do Tesouro Nacional (LFT), cujo saldo em 30/6/07 era de R\$ 150.000,00. Efetuada a sua avaliação em 31/7/07, verifica-se que o seu rendimento nominal em junho foi de R\$ 3.000,00 e o seu valor de mercado é de R\$ 165.000,00. Em razão disso, o lançamento adequado a ser efetuado é:

- a) debita títulos de renda fixa com R\$ 15.000,00 – LFT e credita renda de títulos de renda fixa com R\$ 3.000,00 e ajuste positivo ao valor de mercado com R\$ 12.000,00.
- b) debita títulos de renda fixa com R\$ 15.000,00 – LFT e credita ajuste positivo ao valor de mercado com R\$ 15.000,00.
- c) debita títulos de renda fixa com R\$ 3.000,00 – LFT e credita ajuste positivo ao valor de mercado com R\$ 3.000,00.
- d) debita título de renda fixa com R\$ 3.000,00 e credita renda de título de renda fixa com R\$ 3.000,00.

36. A empresa ABC contrata com o Banco XYZ, em 1º de fevereiro de 2007 uma operação de crédito para financiamento de ativo imobilizado no valor de R\$ 600.000,00. A operação é da modalidade pós-fixada, indexada a TR mais 1,5% ao mês calendário, no prazo de 6 meses, para pagamentos mensais com 3 meses de carência. Considerando que a TR tenha se comportado de forma constante, de fevereiro a abril do corrente ano, em uma taxa de 0,3% ao mês, no balancete de 30 de abril de 2007, os valores relativos a essa operação, constando como saldo na conta analítica representativa deste ativo e na correspondente conta de resultados, respectivamente:

- a) empréstimos com R\$ 633.070,65 e rendas de empréstimos R\$ 33.070,65.
- b) financiamentos com R\$ 633.070,65 e rendas de financiamentos R\$ 33.070,65.
- c) empréstimos com R\$ 628.827,00 e receitas de empréstimos R\$ 28.827,00.
- d) financiamentos com 628.800,00 e receitas de financiamentos R\$ 28.800,00.

37. Em 1º de março de 2007, um banco efetua uma operação de crédito para uma empresa comercial na modalidade de desconto de títulos (duplicatas), no valor total de R\$ 75.000,00, com vencimentos em três parcelas de R\$ 25.000,00 nos prazos de 30, 60 e 90 dias. Considerando a taxa, linear, pactuada de 2,5% ao mês e que a operação ocorreu sem problemas, no balancete patrimonial de 30 de abril de 2007 do banco, os valores constantes como saldo da conta analítica representativa deste ativo e da correspondente receita já apropriada, respectivamente, são:

- a) títulos descontados com R\$ 24.375,00 e rendas com títulos descontados com R\$ 3.125,00.
- b) títulos descontados com R\$ 48.125,00 e rendas com títulos descontados com R\$ 1.875,00.
- c) empréstimos com R\$ 49.375,00 e rendas de empréstimos com R\$ 3.125,00.
- d) financiamentos com R\$ 49.375,00 e rendas de financiamentos com R\$ 3.125,00.

38. De acordo com a Circular BCB nº 3.174/03, o total de créditos tributários existentes na data-base de referência, nas Administradoras de Consórcio deve corresponder em relação ao Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), no máximo:

- a) 75% (setenta e cinco por cento).
- b) 50% (cinquenta por cento).
- c) 35% (trinta e cinco por cento).
- d) 25% (vinte e cinco por cento).

39. O número máximo de participantes de cada grupo de consorciados, na data de sua constituição, é o resultado da multiplicação do número de meses fixado para sua duração pela quantidade de créditos prevista para contemplação mensal, só podendo ser o grupo convocado para constituição após a adesão de um percentual mínimo em relação à quantidade máxima de participantes prevista no grupo. O percentual mínimo é de:

- a) 50% (cinquenta por cento).
- b) 60% (sessenta por cento).
- c) 70% (setenta por cento).
- d) 80% (oitenta por cento).

40. Das alternativas abaixo indique a única que caracteriza o arrendamento mercantil financeiro:

- a) as contraprestações a serem pagas pela arrendatária contemplam o custo de arrendamento do bem e os serviços inerentes a sua colocação à disposição da arrendatária, não podendo o valor presente dos pagamentos ultrapassar 90% (noventa por cento) do custo do bem.
- b) o prazo contratual seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de vida útil econômica do bem.
- c) o preço para o exercício da opção de compra seja o valor de mercado do bem arrendado.
- d) as contraprestações e os demais pagamentos previstos no contrato, devidos pela arrendatária, sejam normalmente suficientes para que a arrendadora recupere o custo do bem durante o prazo contratual da operação e, adicionalmente, obtenha um retorno sobre os recursos investidos.

41. Indique a alternativa correta. Para fins de operações de arrendamento mercantil contratadas com o próprio vendedor do bem ou com pessoa jurídica a ele coligada, considera-se coligada ou interdependente a pessoa jurídica:

- a) em que a entidade arrendadora participe, direta ou indiretamente, com mais de 5% (cinco por cento) do capital.
- b) em que administradores da entidade arrendadora, seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau participem, em conjunto ou isoladamente, com mais de 8% (oito por cento) do capital direta ou indiretamente.
- c) em que acionistas com 10% (dez por cento) ou mais do capital da entidade arrendadora participem com 10% (dez por cento) ou mais do capital, direta ou indiretamente.
- d) cujos administradores, seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º (segundo) grau participem, em conjunto ou isoladamente, com 5% (cinco por cento) do capital da entidade arrendadora, direta ou indiretamente.

42. A COAF definiu as etapas básicas do processo de lavagem de dinheiro como: (i) colocação do dinheiro no sistema econômico; (ii) ocultação da origem do dinheiro por meio de movimentação e simulações e (iii) integração formal dos ativos ao sistema econômico por meio de investimentos em empreendimentos “legais” que facilitem suas atividades. Para evitar tais movimentações criminosas, a Circular BCB nº 2.852, em razão da Lei nº 9.613/98, estabeleceu que as instituições financeiras estão obrigadas, sob pena de sanções, de manter os procedimentos que seguem, exceto:

- a) atualizadas informações cadastrais dos respectivos clientes.
- b) controles e registros internos consolidados que permitam verificar a identificação do cliente e a compatibilidade entre as correspondentes movimentações de recursos, atividade econômica e capacidade financeira.
- c) registro de operações envolvendo moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, metais ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro.
- d) registro de operações ativas envolvendo o investimento em participações societárias próprias, cujo percentual de participação as torne relevantes.

43. No caso da liquidação extrajudicial de uma instituição financeira, o valor suficiente para a indenização de todos os funcionários da liquidanda, acrescido dos encargos trabalhistas e previdenciários correspondentes, deve ser registrado em provisão para contingências para após, com a formação do Quadro Geral de Credores Provisório, ser transferido para o título contábil:

- a) direitos por restituição.
- b) encargos e dívidas da massa.
- c) credores preferenciais.
- d) credores privilegiados.

44. As operações de repasse de recursos captados de instituições financiadoras oficiais nacionais sob a forma de empréstimos ou financiamentos concedidos a mutuários ou a clientes da instituição financeira repassadora têm como característica básica:

- a) quando efetivamente recebidas as parcelas de amortização e/ou encargos pagos pelo tomadores finais, os valores são imediatamente recolhidos à instituição financiadora.
- b) os valores das parcelas de amortização e/ou encargos são pagos à instituição financiadora nas datas de vencimentos, independente do efetivo pagamento pelos mutuários.
- c) os valores das parcelas de amortizações e/ou encargos em atraso somente são recolhidos à instituição financiadora quando efetivamente recebidos ou, caso não-recebidos, ao término do contrato de repasse.
- d) os valores de parcelas de amortização e/ou encargos impagas pelo tomadores/mutuários são recolhidos à instituição financiadora quando e no valor de realização das garantias exigidas segundo as regras desta instituição.

45. A Resolução CMN nº 3.380/06 determina às instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional. Entre as opções abaixo, indique aquela que não compõe a estrutura de gerenciamento do risco operacional, considerando-se a definição constante da acima mencionada Resolução:

- a) elaboração, com periodicidade mínima anual, pela unidade de auditoria interna da instituição, de relatórios que permitam a identificação e a correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional.
- b) identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional.
- c) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional.
- d) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional.

46. A Resolução CMN nº 2.554/98 dispõe sobre a implantação e a implementação de sistemas de controles internos pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Identifique, entre as opções abaixo, aquela que está em desacordo com a mencionada Resolução, no tocante às disposições que devem constar do sistema de controles internos a serem implementados pelas instituições:

- a) avaliação, com periodicidade mínima anual, dos riscos associados às atividades das instituições, bem como a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.
- b) definição de responsabilidades dentro da instituição e a segregação das atividades atribuídas aos integrantes da instituição de forma que seja evitado o conflito de interesses, bem como meios de minimizar e monitorar adequadamente áreas identificadas como de potencial conflito da espécie.
- c) meios de identificar e avaliar fatores internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição.
- d) a existência de canais de comunicação que assegurem aos funcionários, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso a confiáveis, tempestivas e compreensíveis informações consideradas relevantes para suas tarefas e responsabilidades.

47. São vedadas a contratação e a manutenção de auditor independente por parte das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor e as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação, de acordo com as determinações da Resolução CMN nº 3.198/04, caso fique configurada qualquer uma das seguintes situações, exceto:

- a) ocorrência de quaisquer hipóteses de impedimento ou incompatibilidade para a prestação do serviço de auditoria independente previstas em normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ou do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).
- b) pagamento de honorários e reembolso de despesas do auditor independente relativos ao ano-base das Demonstrações Contábeis objeto de auditoria pela entidade auditada, isoladamente, ou em conjunto com suas ligadas, com representatividade igual ou superior a 10% (dez por cento) do faturamento total do auditor independente naquele ano.
- c) participação acionária, direta ou indireta, do auditor independente, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na instituição ou em suas ligadas.
- d) existência de qualquer operação ativa ou passiva na entidade auditada ou nas suas ligadas, inclusive por meio de fundos de investimento por elas administrados, de responsabilidade ou com garantia do auditor independente, do responsável técnico, do diretor, do gerente, do supervisor ou de qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na instituição.

48. Assinale a alternativa correta:

- a) a responsabilidade dos administradores das instituições, das câmaras e dos prestadores de serviços pelas informações contidas nas Demonstrações Contábeis ou em outras exime o auditor independente de responsabilidade sobre relatórios requeridos pela legislação do Banco Central do Brasil (BCB) ou do parecer de auditoria, nem o desobriga de adequados procedimentos de auditoria.
- b) o diretor designado para responder perante o Banco Central do Brasil (BCB), pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento de normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor não será responsabilizado pelas informações prestadas e pela ocorrência de situações que indiquem fraudes, negligência, imprudência ou imperícia no exercício de suas funções, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- c) é vedado o pagamento de honorários e reembolso de despesas do auditor independente, relativos ao ano-base das Demonstrações Contábeis objeto de auditoria, pela entidade auditada, isoladamente, ou em conjunto com suas ligadas, com representatividade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do faturamento total do auditor independente naquele ano.

- d) é vedada a contratação e a manutenção de auditor independente por parte das instituições, das câmaras e dos prestadores de serviços caso fique configurada a participação acionária, direta ou indireta, desse mesmo auditor independente, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, na entidade auditada ou em suas ligadas.

49. Marque a alternativa incorreta, tomando como base o disposto na Resolução CMN nº 2.099/94:

- a) a concessão, por parte do Banco Central do Brasil (BCB), de autorização para o funcionamento de instituições financeiras está condicionada à comprovação, pelos controladores, de situação econômica compatível com o empreendimento.
- b) as autorizações de funcionamento das instituições financeiras poderão ser transferidas para outros controladores que atendam às condições determinadas pela legislação vigente, com prévia autorização formal do Banco Central do Brasil (BCB).
- c) os controladores de instituição a ser constituída deverão publicar declaração de propósito nos termos a serem definidos pelo Banco Central do Brasil (BCB).
- d) o banco múltiplo deverá constituir-se com, no mínimo, duas das seguintes carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento: (1) comercial; (2) de investimento e ou de desenvolvimento, a última exclusiva para bancos públicos; (3) de crédito imobiliário; (4) de crédito, financiamento e investimento; e (5) de arrendamento mercantil.

50. De acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.554/98, as atividades abaixo apresentadas são de responsabilidade da diretoria das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), exceto:

- a) o relatório de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares que tenha ou possa vir a ter reflexos relevantes nas Demonstrações Contábeis ou nas operações da entidade.
- b) a implantação e a implementação de uma estrutura de controles internos efetiva mediante a definição de atividades de controle para todos os níveis de negócios da instituição.
- c) o estabelecimento dos objetivos e dos procedimentos pertinentes aos controles internos.
- d) a verificação sistemática da adoção e do cumprimento dos procedimentos de controles internos.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 51. Discorra sobre a importância da avaliação do sistema contábil e de controles internos e do sistema de gerenciamento de riscos para a auditoria independente de instituições financeiras.**
- 52. Comente sobre os principais limites operacionais, de capital e de patrimônio líquido previstos nas normas regulamentares do Sistema Financeiro Nacional (SFN), cuja observância deve ser verificada pelos auditores independentes e como devem ser relatados os resultados apurados.**

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>